

O ENSINO RELIGIOSO E A EDUCAÇÃO HUMANISTA NUMA ERA SECULAR

Eulálio Figueira

"Não se trata de duvidar da miséria humana - do domínio que as coisas e os maus exercem sobre o homem (...). Mas ser homem é saber que é assim. A liberdade consiste em saber que a liberdade está em perigo. Mas saber ou ter consciência é ter tempo para evitar e prevenir o momento da inumanidade."

Emmanuel Levinas - Totalidade e Infinito¹

Entender uma educação que se coloca para além dos domínios da técnica ou do intuicionismo, no meu entendimento, deverá ser a tarefa que a proposição de uma educação humanista deverá proporcionar. Uma educação humanista entenda-se como um modo de orientação do humano, que mais do que um processo de informação, deve estar orientada para o desenvolvimento da personalidade humanista, e desta possibilidade pode-se alcançar o desenvolvimento para as habilidades técnicas, como a função religiosa, de modo integral. Através de uma análise das funções da “educação religiosa”, tal como Tillich propõe, é possível fazer uma análise da educação – talvez esta uma tarefa pragmática desta comunicação – em nossa sociedade atual e assim compreender-se os conflitos e problemas sérios e profundos que enfrenta.

Sem dúvida o debate sobre a presença dos estudos da religião nos currículos escolares, mais do que colocar problemas e reflexões pedagógicas, traz questões políticas e de diálogos inter-institucionais das diversas manifestações religiosas presentes no cenário nacional. Além deste rol de questões a presença dos conteúdos do Ensino Religioso na sala de aula desencadeie o debate sobre o que levou ao esvaziamento da educação humanista, como decorrência do mesmo esvaziamento do humanismo. Tratar destas questões é a melhor forma de fazer valer um debate acadêmico pela presença da educação religiosa e assim, sairmos da conversa estéril que tem alimentado esta discussão sobre a legalidade ou a conveniência da educação religiosa nos currículos escolares.

Nas próximas páginas nos propomos como objetivo apontar algumas diretrizes para o debate sobre as bases epistemológicas que devem servir ao Ensino Religioso; senão de sua amplitude, pelo menos no intuito de apontar que pressupostos epistemológicos podem ser observados para justificar sua pertinência acadêmica, constituindo-se assim as referências para o conhecimento e demarcação de fronteira entre a religião como

institucionalização de crença (um sistema) e a religião como experiência vivida por cada fiel (dinâmica da experiência religiosa) e em que medida estes servirão de conteúdo aos estudos de religião.

Tratar da temática do que deve ser ensinado dentro de uma sala de aula, sabendo que não se trata de um ato gratuito e muito menos sem repercussões. Ensinar não se trata tão apenas de transmitir informações, Ensinar é também formar e orientar. Pela educação se produzem as *lentes* com as quais homens e mulheres, em seu tempo e lugar, irão observar o mundo e sobre ele produzirão as mais diversas leituras, interpretações e a ele irão imprimir um destino. Cada conteúdo e cada metodologia levada para dentro de uma sala de aula não tem o mesmo impacto que uma conversa de bar. Em nossa cultura a sala de aula cada vez mais se apresenta como o espaço onde, consideravelmente, passamos o maior período de nossas vidas, onde recebemos boa parte das informações e orientações que fazem nossas escolhas e monitoram nossas decisões – presentes e futuras. Não podemos esquecer que o debate sobre o educar e sobre o ensinar passa pelo debate sobre a existência humana que nos remete para a discussão acerca, como diz Levinas, da inumanidade.

Em definitivo, a tarefa do educar não pode ficar tão somente restrita às práticas e questionamentos sobre os métodos e pedagogias que levam, pelo processo formativo, o conhecimento de forma democrática a todos os humanos. A atividade do educar mais do que assumir a transmissão e informação sobre conteúdos, precisa tratar sobre os diversos e plurais lugares, como também das linguagens de produção e desenvolvimento deste conhecimento que identifica a peculiaridade da existência humana e que nos permite afirmar a possibilidade de nos observarmos mais do que bípedes implumes.

Em pleno início do século XXI ainda formulamos perguntas como: afinal de onde viemos? Para onde vamos? Qual o futuro da humanidade? Existe uma “ordem universal”, total e conclusiva sobre nossas origens? Que “*Tábula Rasa*” é o suficiente bastante para desenharmos um perfil universal do humano? Somos afinal todos descendentes do *Bom Selvagem*, ou não passamos de meros Bípedes sem penas e que por isso necessitamos construir a cada geração as “penas” que devem cobrir nosso corpo desnudo?

É diante deste problema: o sentido da vida, que entendo deva a conversa, assunto desta análise, ser localizada. É neste ambiente que proponho a entrada do Ensino Religioso como disciplina que, na articulação e diálogo com outras disciplinas de educação, e assim contribuir para a tarefa da formação da educação integral.

Entendo que na formação do conhecimento do indivíduo que vive numa sociedade como a sociedade Ocidental, a compreensão das raízes do fenômeno religioso, não pode ficar fora de seu processo de educação. Por isto é necessário assumir como princípio epistemológico a importância das crenças neste processo. Mas por outro lado é necessário compreender o fenômeno religioso como corpo de crenças que se apresenta anteriormente a qualquer confissão religiosa e que por tal reclama um outro ambiente de questionamento. Trata-se de abordar o fenômeno religioso no sentido de auscultar a própria possibilidade e necessidade de se ter crenças.

Entendemos que no ER as crenças, objeto foco desta disciplina para tratar do fenômeno religioso, serão tidas, tal como diz José Maria Q. Cabanas: *tão divinas quanto se queira, porém são humanas, são muito nossas; e uma educação integral deve considerá-las em seu programa.*(CABANAS 2001. Pg.13.

A religião não se impõe na sala de aula como um instrumento para fazer com que indivíduos se constituam seguidores ou divulgadores de alguma expressão religiosa, tão pouco caberá ao Ensino Religioso a incumbência de tornar os indivíduos melhores cidadãos; devendo isso ser tarefa da educação integral. Deverá sim ser tarefa do Ensino Religioso, produzir recursos para que os cidadãos possam, de forma integral e livre produzir respostas diante da necessidade para dizer algo que, diante do *absurdo da existência* possa ser tomado como organizador e, talvez por isso, minimizar e ordenar seus dramas e suas angústias.

Se propomos que o Ensino Religioso deve fazer parte do projeto que define os rumos da educação e estabelece seus conteúdos e ações, devemos estar atentos ao fato de que também o Ensino Religioso precisa estar inserido nas transformações e nas fazes históricas que a sociedade vai percorrendo e produzindo. Discutir a presença de educação religiosa nos currículos do ensino faz com que aqueles a quem este debate se faz necessário, tenham como preocupação os fatos decorrentes das organizações da sociedade e de seus processos de forma a que as propostas sobre pedagogias e metodologias do Ensino Religioso possam atender a estas sociedades.

1- O Estado Laico e o Ensino Religioso

Percebemos uma estreita e peculiar articulação da educação – vista como processo de ensinar – com o Estado. Não é de modo gratuito que as questões que envolvem os processos e políticas de Ensino são questões que o tempo todo estão presentes nas

preocupações do Estado Moderno. Para podermos entender e tratar deste assunto, é necessário colocar a questão dentro do contexto que está presente em decorrência da ideia da secularização.

Nas ideias que apresentam a Modernidade percebemos que a secularização vem a ser a grande mola propulsora de todas as ideias que vão dar sustentação a esta face da história da cultura e porque não dizermos da civilização Ocidental. Assim, tratar destes três eventos – Modernidade, Secularização e Educação – implica fazer uma incursão pelos meandros que os constitui.

Como define Alain Botton, Existem poucas coisas em que a sociedade secular acredita com tanto fervor quanto na educação. Desde o iluminismo, a educação – do primário à universidade – é apresentada como a resposta mais eficaz para uma gama dos piores males da sociedade; o canal para produzir um conjunto civilizado, próspero e racional de cidadãos.

Matthew Arnold define vir a ser “uma educação cultural” e esta educação que se revela “adequada deveria inspirar em nós um amor pelo vizinho, um desejo de acabar com a confusão humana e diminuir a miséria (...) a educação deveria engendrar nada menos que a nobre aspiração de tornar o mundo melhor e mais feliz do que o encontramos” (BOTTON, 2011,pg 86).

Podemos, sem sombra de dúvidas, observar que no esforço secular do Estado Laico, diante da necessidade pragmática e até muitas vezes de um sentido fortemente utilitarista, a necessidade de uma visão simbólica e porque não se dizer misteriosa das capacidades e habilidades que devem estar presentes nas ações humanas para enfrentar o mundo com o qual somos confrontados, é matéria que não fica fora de suas preocupações.

Mas, apesar de todas estas constatações o que observamos no contexto cotidiano da vida das escolas –seja nas escolas de ensino fundamental e médio, seja nas universidades e faculdades – é que o ensino praticado está muito mais restrito ao desenvolvimento das habilidades pragmáticas e utilitárias com que os alunos devem satisfazer o mercado de trabalho, do que atender aquelas necessidades humanistas que habitam o espírito humano.

A cultura deveria então ser tão efetiva quanto a religião para dar conta destas angústias, desenvolvendo então sua capacidade para guiar, humanizar e consolar. Fazia-se então necessário transpor para as obras da cultura a capacidade das antigas escrituras, a possibilidade de estas potencializar a dimensão simbólica, capazes de nutrir o sentido ético e o impacto emocional que as velhas escrituras haviam conseguido. No entanto, agora, se substituiria o fardo da superstição, atribuído às escrituras.

Observamos que equivalentes às lições éticas da religião se espalham pelo cânone cultural. Neste fenômeno pode se localizar a corrente identificação que habitualmente se produz de religião e ética, o que tem sido, na maior parte das vezes, tomado como justificativa para se afirmar como incumbência do Ensino Religioso a tarefa de fazer com que os cidadãos tenham comportamentos éticos; quem nunca escutou a famosa frase de que as aulas de religião devem fazer com que o educando seja um sujeito moralmente melhor para que se constitua um cidadão mais respeitador dos valores morais.

O que então deve constituir os conteúdos e as possibilidades da disciplina do Ensino Religioso? O que os estudos da religião podem oferecer para uma educação humana que esteja sintonizada com o modo de viver humano que se encontra presente na idade secular? Acredito que seja esta, mais do que a tarefa do Ensino Religioso, ou dos estudos de religião, mas que esta preocupação venha a ser o que, efetivamente caracteriza a educação religiosa.

Entendemos que os estudos de religião não servem para substituir qualquer coisa que não esteja já posta nos constituintes da cultura ou da história, caberá aos estudos de religião trazer à luz estes constitutivos da experiência humana, mas que, muitas vezes podem correr o risco de ficarem ofuscados por outros dados daquela experiência.

Segundo Botton, as diferenças entre as abordagens da religião e da secularização se situam no fato de que: em relação à educação sintetizam-se na questão de para que deveria servir o aprendizado.

2- Relação Religião e Laicidade

A secularização, observada como movimento histórico revelador da separação Igreja e Estado, deve ser observado como um dos frutos do cristianismo e não tanto como um movimento oponente ao cristianismo. Isto pode ser melhor compreendido, se analisarmos, a par e passo, o famoso dito: “daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, programaticamente declarado por Jesus. Nessa frase programática podemos reconhecer nada mais que não o fundamento mais emblemático para a secularização, isto é o fundamento para o “SEPARADO”, a religião tomada como coisa separada, como algo à parte do que com ela não pode estar misturado.

Se observarmos nas culturas (Grécia, Roma e Jerusalém) que dão maternidade à cultura Ocidental, esta separação entre o cívico e o cultural não fazia sentido, assim como do mesmo modo a separação Nação e religião no judaísmo sequer poderia ser pensada.

Como lembra o filósofo francês Régis Debray: “o ritual cívico é religioso e o religioso é cívico”. Em Atenas, Roma e Jerusalém, estar fora da religião era estar fora da cidade.

A secularização pode ser tratada de diversos sentidos e deles tratarmos deste evento em distintos significados. Da perspectiva das ciências sociais, a secularização é descrita em cinco sentidos: como Eclipse do sagrado; autonomia do profano; privatização da religião; retrocesso das crenças e práticas religiosas; mundanização das próprias Igrejas (Anselmo Borges in CATROGA, 2010 prefácio).

A secularização não se manifesta opositora nem de Deus nem da religião, pois ela não elimina o Mistério – a finitude não é secularizada e o crente adulto pressupõe e quer uma razão e um mundo adulto.. Por outro lado, a separação das Igrejas e do Estado, que constitui avanço civilizatório fundamental, não implica a proibição do reconhecimento do papel público das religiões, nem tampouco impede formas várias de colaboração entre o Estado e as Igrejas. Podemos observar diversos momentos de parcerias entre os poderes públicos e as Igrejas para garantir a preservação de direitos de cidadãos e ainda a colaboração de igrejas junto aos poderes públicos para atendimento a populações em situação de sofrimento.

É neste sentido a definição dada por Habermas do papel importante das religiões nas modernas sociedades:

é no respeito das autonomias dos indivíduos e pelo pluralismo democrático, as religiões podem dar contribuições positivas e significativas com os seus recursos simbólicos e a sua capacidade superior de articular a nossa sensibilidade moral”.(BORGES 2004, 138)

Talvez no seguimento do pensamento de Habermas possamos compreender um outro sentido não menos importante para o evento da secularização e que vem a ser o que Anselmo Borges como sendo a transferência de categorias teológico-religiosas do universo da transcendência para o mundo da imanência histórico-política. Este sentido, o julgamos, importante neste trabalho de pensar a educação e a teologia, uma vez que, em nosso pressuposto de estudo e de abordagem a religião, não sai das preocupações e da vida do homem da cultura secularizada, como a religião têm papel determinante na elaboração das relações que este homem produz e desenvolve. Por isto a religião não pode ser tratada como algo exótico, como alguma coisa fora da esfera do humano, mas como um dado que se apresenta constitutivo deste espaço que, tal como o define Mircea Eliade, é profano e sagrado e estes existem, precisamente porque nesta “separação” se manifesta sua possibilidade de visibilidade.

Assim, segundo avalia Borges, se a secularização está concretamente em conexão com a liberdade religiosa garantida por um Estado indiferente e neutro do ponto de vista confessional, o projeto de laicização é muito mais vasto, pois não se contenta com funções negativas por parte do Estado. Vai mais além, exigindo um programa positivo.

O fato é que falar de secularização implica falar de modernidade e falar do fenômeno religioso e em específico da influência da religião judaico-cristã, concordância entre os pensadores que tratam deste tema é que a secularização tem sua genealogia nesta configuração cultural religiosa. Se as várias teorias que surgem após a década de 60, em particular por causa do que ocorre nos países mais industrializados e da incidência da secularização na vida que se desenvolve neles, Todas essas teorias formuladas, como apresenta Catroga:

a partir de premissas lançadas por pensadores como Durkheim, Troeltsch e Weber, não só por teólogos e filósofos, mas também por sociólogos e historiadores. Daí nasceu um conjunto de teses –umas distintas, outras convergentes –hoje designadas por teorias clássicas da secularização. E se se quiser ser sintético, poder-se-á sustentar que quase todas relacionavam este conceito com a afirmação da Modernidade nos países ocidentais cristianizados, e que, entre os múltiplos condicionantes invocados para o justificarem, se destacavam – com ênfases diferentes, é certo – o peso da influência da religião judaico-cristã, o desenvolvimento da racionalidade capitalista, assim como o crescimento de uma civilização urbana com efeitos desestruturadores nas formas tradicionais de sociabilidade e respectivos modos de entender o mundo e a vida”. (CATROGA 2010 pg 15-16)

3- Mais do que aprender Religião, um estudo da crença.

A questão que entendo fazer parte deste escopo de debates acerca da constituição de uma área do conhecimento que sirva de aporte ao ER e também como linguagem que o torne visível no ambiente disciplinar. Haverá alguma disciplina do conhecimento humano assim já constituída e que, de forma integral, responda às perguntas em torno do sentido e do sentido último da vida, ou à problemática presente nelas? Ou então devemos colocar a pergunta num outro âmbito que vem a ser: se as perguntas não foram ainda respondidas de forma “cirúrgica”, estaria faltando alguma nova disciplina que contribuísse para a tarefa de ir construindo respostas que, no conjunto das disciplinas que se têm dedicado a estas temáticas e questionamentos, auxilie na compreensão da produção da existência humana e de seu *modus vivendi* (?).

È neste ambiente que proponho a entrada do Ensino Religioso como disciplina que, na articulação e diálogo com outras disciplinas de educação, venha contribuir para a tarefa da formação em vista de uma educação integral.

Entendo que na formação do conhecimento do indivíduo que vive numa sociedade como a sociedade Ocidental, a compreensão das raízes do fenômeno religioso, não pode ficar fora de seu processo de educação (ensino e aprendizagem). Por isto é necessário assumir como princípio epistemológico a importância do papel das crenças neste processo. No entanto faz-se necessário elucidar em que medida o fenômeno religioso deve ser compreendido como uma pedagogia religiosa, tarefa das igrejas e das manifestações religiosas, que têm a confessionalidade como sua identificação; mas por outro lado é necessário compreender o fenômeno religioso como corpo de crenças que se apresenta anteriormente a qualquer confissão religiosa e que por tal reclama um outro ambiente de questionamento e abordagem. Trata-se de abordar o fenômeno religioso no sentido de auscultar a própria possibilidade e necessidade de se ter crenças.

Entendemos que no ER as crenças, objeto foco desta disciplina para tratar do fenômeno religioso, serão tidas, tal como diz José Maria Q. Cabanas: *tão divinas quanto se queira, porém são humanas, são muito nossas; e uma educação integral deve considerá-las em seu programa.* (CABANAS 2001, pg. 13)

Posto isto cabe-nos tomar como linha condutora desta conversa realizada neste capítulo que, se não o cerne de todas as preocupações da humanidade, pelo menos sua grande ocupação tem sido proposta para o ER se constituir no espaço pedagógico identificado como possibilidade para procurar dizer algo que, diante do *absurdo da existência* possa ser tomado como organizador das questões peculiares da *falta de sentido* e, talvez por isso, minimizar e ordenar seus dramas e suas angústias.

Se as crenças, como dissemos anteriormente, são próprias do ser humano e configuram seu modo de estar no tempo e espaço, então devemos, na linha de Cabanas assumir que as crenças não brotam no indivíduo por geração espontânea, mas como resultado da educação. Cabe então à educação, a uma educação que assim trate do objeto crença, se apresentar não na direção da fundamentação das crenças, mas como instrumento que auxilie na compreensão de porque alguém terá uma crença, que tipo de crença poderá vir a desenvolver, ou no sentido negativo, porque não desenvolverá nenhuma crença.

Uma pedagogia do religioso, nisto a entendemos como programa em uma sala de aula, deverá auxiliar na compreensão e verificação em que medida as crenças tidas pelos

indivíduos, são elas resultado de manifestações de livre vontade, ou se são elas resultados de modismos, pressões sócio-culturais, e ou outros fatores comumente apresentados como geradores destas. Também caberá a esta pedagogia, numa direção propositiva e não somente de análise harmonizar as crenças dos indivíduos com a racionalidade, de forma que exista uma correspondência com a objetividade da existência e da realidade dos educandos.

Conferindo, deste modo, uma ordem diante do inexplicável, se, mais do que em outras épocas da história sabemos que a dinâmica da fé e os argumentos da crença exigem do homem uma resposta madura e consciente, uma resposta que não se fundará, como em outras épocas, em pressupostos fundacionistas que supunham um Deus ou divindade distante que esquecida da humanidade. Também não vivemos mais numa época na qual Deus se faça presente em todas as dimensões da sociedade para a qual a noção Deus não é determinante para sua organização. Se, revisitando a história passada de nossa sociedade podemos afirmar que Deus estava presente em toda a empreitada da humanidade, o que se fazia sentir no ritual, nas preces e em tantos outros vestígios presentes num sem fim de espaços e práticas sociais de todos os níveis da sociedade, incluindo-se a política, esta presença de Deus se fazia incontestável. Se a crença, ou as crenças como produções humanas devem constituir o objeto próprio do ER, sua identificação para uma abordagem epistemológica deve estar orientada por uma basilar definição do que devemos assumir como crença.

4- O Ensino Religioso: Entre o Público e o Privado, afirmações e oposições na Construção do Conhecimento Religioso

Perguntarmo-nos por uma justificativa epistemológica para o Ensino Religioso implica enfrentarmos com objetividade a questão entre a dimensão do público e do privado. Penso que a grande dificuldade para enfrentarmos tais questões para o âmbito da religião, deve-se ao fato de tradicionalmente ter-se fundamentado a ideia de uma dignidade humana como resultado de uma essencialidade humana, o ter-se acreditado que existe ou existirá uma natureza além da história capaz de apresentar uma idealidade do homem, algo como uma supra humanidade, capaz de levar os homens e mulheres de cada época, vivência e experiência a comportamentos exímios que se perpetuem. Seria a humanidade capaz de produzir ações e premissas possíveis de identificar o que se deve tomar como

justo ou injusto, isto é, seguindo o pensamento de R. Rorty, e não cair em argumentos que façam recair sobre os nossos ombros o que nos pode levar à crueldade?

Sair destas armadilhas será possível tanto quanto percebermos a dimensão de nossa contingência de forma a reconhecermos que nos devemos opor a ideias tais como a ideia de essencialidade humana, como diz Rorty, um “eu central”, uma “natureza” e um “fundamento”. Só este reconhecimento nos permite afastarmo-nos das afirmações de que há algumas ações e atitudes que são naturalmente “desumanas”.

É importante percebermos os momentos nos quais as sociedades em seus processos históricos passam por crises, reconhecer quando a história entra em convulsão e, como resultado de tudo isto as instituições, organismos criados por homens e para os homens, entram em ruptura conjuntamente com padrões de comportamentos tradicionalmente tomados como desejáveis. Estes momentos históricos devem ser vistos em sua contingencialidade e não atribuídos a uma essencialidade, a um fundamento criado na teoria das ideias inatas, segundo as quais as pessoas nascem com ideias matemáticas, verdades eternas e noção de Deus, capazes de nos fazerem chegar às verdades manifestas. Que homens e mulheres fazem o que fazem, assumem como justo ou injustos seus comportamentos ou os comportamentos alheios porque, tal como Kant o havia proposto, seguem uma ordem Moral já impressa em sua essencialidade, isto é instalada em um sistema de moralidade que se funda na perspectiva segundo a qual a ideia de uma componente humana central e universal se resume na Razão, que, por sua vez se apresenta então como uma faculdade que seria a fonte das nossas obrigações morais. Nos parece não ser o que devemos buscar construir como razoabilidade para nosso fazer humano. Contudo, como diz Rorty, não se nega que não se deva procurar uma saída diante destes momentos de convulsão e de ruptura pois a saída então não é buscar construir referências em fundamentos que não podem responder a nossos efetivos problemas, mas também não podemos ficar na impossibilidade do agir, presos a desculpas céticas, se não devemos confiar no que esteja para lá da história e das instituições – como nos ensina Rorty – devemos produzir utopias, mas utopias que nos possibilitem reconhecer nossas humanidades.

Não entendemos que a justificativa de uma disciplina do Ensino religioso se faça em meio a argumentos do tipo: porque nos ensinará a sermos mais responsáveis, mais cidadãos ou mais respeitadores das ordens morais. Entendemos que uma disciplina como o Ensino Religioso nos poderá construir sujeitos históricos melhor sabedores de seus

recursos. Mais conhecedores de suas possibilidades e capazes de entender mais dos fatos a nosso redor. O Ensino Religioso nos ajudará a construir o que Rorty aponta como a Utopia liberal. Isto é a Solidariedade Humana. Esta solidariedade que Rorty propõe não é pensada como sendo reconhecimento de um Eu Central, da essência humana em todos os seres humanos. É antes pensada como sendo a capacidade de ver cada vez mais diferenças tradicionais (de tribo, religião, raça, costumes, etc.) como não importantes, em comparação com semelhanças no que respeita à dor e à humilhação – a capacidade de pensar em pessoas muito diferentes de nós como estando incluídas na esfera do nós. (RORTY, 1992, 239)

Voltando ao foco de nosso problema: o que devemos ensinar dentro de uma sala de aula? e o que ensinamos em que se constitui importante para que alguém se torne o suficientemente capaz para viver na sociedade, ou nas sociedades de nosso tempo? Nossa pergunta inicial nos remete para uma segunda discussão não menos desafiante e delicada da que acabamos de colocar, a saber: é possível formar alguém; e o que significa formar alguém? Claro que este teor da discussão nos leva para a discussão positivista sobre a natureza humana, que já foi falada tanto por T. Hobbes, J. Locke, Rousseau como por tantos outros seus discípulos. Não digo que não deva ser objeto de retomada de discussão, mas, pelo que nós pretendemos tratar neste ensaio, esta discussão nos levaria a um outro caminho que, como disse, neste espaço nos levaria para outros debates. Mas acho que é necessário retomar o debate, desde que se avance às lacunas deixadas pelo reducionismo tanto criacionista, como darwinista.

A religião, ou o fato religioso, em definitivo deixou de ser somente propriedade desta ou daquela igreja, desta ou daquela crença, para se constituir definitivamente coisa da humanidade. E é nesta constituição da religião como “*coisa*” da humanidade que o fato religioso lança o desafio de ser discutido, perscrutado e até construído. Religião faz parte das sociedades e em sociedades plurais e multireligiosas o fator religioso pode dividir e criar tensões no tecido social. É importante o conhecimento do que cada religião representa para cada crente e como pela religião cada um elabora seu modo de responder a seu tempo – suas contingências e transcendência – e ordenar seu entorno.

È neste mote de pensamento que defendo e compreendo o Ensino Religioso como disciplina do conhecimento com um estatuto epistémico e político inserido na grade regular do ensino formal. Neste rol de ordenamentos e práticas humanas deve-se constituir um campo temático de forma a que a constituição de uma área de conhecimento

denominada de *conhecimento religioso* se estabeleça como nucleadora para as bases ao Ensino Religioso que, em meu entendimento deve estar não apenas nas séries iniciais do ensino fundamental e médio, mas deve incorporar os currículos do ensino superior. O ensino Religioso vem a contribuir para que uma escola autêntica e serenamente laica proporcione a todos os alunos acesso à compreensão do mundo, no respeito pela laicidade, sem privilegiar, evidentemente, esta ou aquela opção espiritual.

Religião não é somente conjunto de crenças e práticas deste ou daquele grupo, deste ou daquele indivíduo. Religião é o modo pelo qual o homem compreende, explica e ordena a realidade em seu entorno, como a mais derradeira expressão da humanidade. Religião, é um discurso do homem sobre o mundo e sobre si mesmo e, no qual se produzem as condições que resultam na relação com o que ele denomina Sagrado.

Ajudar os indivíduos a compreender e a elaborar sua visão de mundo tendo em bases estas percepções é tarefa de um ensino competente e responsável. O Ensino Religioso não deve estar para formar cidadãos nem mais conscientes nem tão pouco mais responsáveis. O Ensino Religioso deve fundamentar-se numa idéia da educação integral, uma educação que acolhe o humano por inteiro, uma vez que explora o maior número de possibilidades do humano, seja no campo do conhecimento, no campo da vontade, como no campo do sentimento.

O conteúdo e método do Ensino Religioso devem estar constituídos no que Cabanas, segundo proposta de Hegel, Kant e Schleiermacher, apresenta:

Hegel buscava a religião no conhecimento, Kant a buscava na vontade, e para Schleiermacher a religião estava no sentimento. P. Barth diz que a religião há de ser estas três coisas conjuntamente, e este é o tipo de religiosidade que há que educar. Nos parece muito bem – com efeito – a religião toma o homem por inteiro e, do mesmo modo também cada uma daquelas três suas faculdades fundamentais.(CABANAS, 2001,g. 173

Tratar da religião na sala de aula significa enfrentar as grandes questões que afetam a forma como homens e mulheres nesta nossa sociedade constroem suas razões efetivas para viverem como vivem e porque vivem. Assumir tratar do fato religioso serenamente nos currículos do ensino desde as séries iniciais até ao ensino superior significa assumir a necessidade de perceber que a vida não está posta somente na necessidade de construir modos de coesão social.

Tratar da religião na sala de aula significa enfrentar as grandes questões que afetam a forma como homens e mulheres nesta nossa sociedade constroem suas razões efetivas para viver como vivem e porque vivem. Discutir religião já nas séries iniciais da educação

formal, significa assumir a necessidade de perceber que a vida não está posta somente na necessidade de construir modos de coesão social, muito menos de se reduzir à luta pela sobrevivência, pois viver e morrer não se fixa na discussão sobre quando um corpo para de funcionar. Diante da necessidade da coesão social, como diz R. Rorty, a ciência natural e o senso comum da modernidade o fazem com competência, mas se pensamos que viver é algo mais, algo que se coloca mais além – e este além não se trata de um mundo metafísico, mas trata-se de construir proposta de solidariedade – então um conhecimento religioso pode mostrar-se não apenas necessário mas vantajosoⁱⁱ.

O debate da religião e os estudos dela e sobre ela, na sala de aula, nos levará a mapear os caminhos que constroem a inumanidade – como dizia Lavinas –, ou no dizer de Rorty o que nos fazemos mais cruéis. Assim, religião não é para que nos tornemos mais dignos, mas menos inumanos ou menos cruéis, pois por ela perceberemos nossas contingências o que nos afastará de considerar que algumas afirmações serão mais humanas do que outras. O estudo da religião deve abrir para a discussão sobre as práticas da: discriminação étnica e religiosa é tratar de debate sobre questões de identidade, autonomia, alteridade, valores, tradições, símbolos, indivíduos, coletividades, singularidades, pluralidades. É tratar também de fronteiras, relações intra e inter-grupos, inclusões, exclusões.

Discutir religião já nas séries iniciais da educação formal, significa assumir a necessidade de perceber que a vida não está posta somente na necessidade de construir modos de coesão social. E desta feita a religião deve ser posta diante dos horizontes dos que pensam a vida em sociedade e organizam as relações que engendram esta forma de vida humana, como não apenas um conjunto de crenças, ou até mesmo um sistema que apenas justifica as organizações sociais. Religião deve ser lida e percebida como justificativa humana diante da necessidade de resposta a três grandes inquietações: injustiça, ignorância e sofrimento.

Religião reclama ser estudada e compreendida como uma produção de homens e mulheres que buscam respostas e modos de se justificarem a si mesmos, ao mundo e no mundo. Por isto se faz necessário construir um instrumento cognitivo capaz de captar estes sinais constitutivos do fato religioso. Do mesmo modo faz se necessário elaborar discurso que, mantendo a peculiaridade da religião, transite da mesma forma pela “vereda” do discurso científico. Nesta tarefa entendo a cidadania epistemológica do Ensino Religioso e sua atividade política na organização das práticas humanas em sociedade.

5- Ensino Religioso, uma opção ou uma decisão?

Para “atacarmos” de imediato o problema da religião na sala de aula, proponho que seja a questão enfrentada com a pergunta o que a religião tem a dizer sobre os possíveis da humanidade e das relações que esta estabelece? È a religião componente fundamental para a constituição do que se denomina humano? Se dermos uma rápida percorrida pelos documentos – leis, diretrizes, ensinamentos, instruções, etc – que tanto governos, como entidades religiosas têm produzido, observamos que o Ensino Religioso Escolar, principalmente nestes últimos anos, é posto como um componente fundamental no sistema educacional. Justificativas para tal vão desde reconhecimento que o Ensino Religioso encampa e garante a liberdade de escolha frente ao gênero de educação que os pais pretendem para seus filhos, a garantia de assegurar uma educação religiosa e moral, como ainda a garantia de uma educação integral da pessoa de forma a que a tônica do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade, reforçando o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, seja facilitada a formação da cidadania, preparando o educando para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.

Observamos que o reforço posto nos documentos que apontam a presença do Ensino Religioso no sistema de Ensino está alinhado na ideia e princípio de que a educação integral da pessoa humana passa efetivamente pela educação Moral e Religiosa, dado que o enquadramento moral e religioso da vida é estruturante para o crescimento de crianças e jovens. O desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens constitui um universo de referência a partir do qual se estrutura a personalidade e se adquire uma visão do mundo equilibrada e aberta ao diálogo com mundividências alternativas.

O mundo atual composto não somente de uma pluralidade de fatores, mas também de uma diversidade destes fatores – tensões múltiplas, contradições, avanços e recuos – só poderá ser compreendido em sua complexidade na medida em que soubermos compreender os fatos religiosos e para tal é necessário o domínio no campo do conhecimento religioso. Crianças e jovens necessitam de um conhecimento sério do fenômeno religioso para não só compreenderem o mundo, mas para sobre ele poderem agir e intervir. Tal conhecimento dará a estes jovens e crianças condições para conhecerem tanto de suas potencialidades conflitivas – tantas vezes exploradas por fanatismos radicais, mas acima de tudo de suas possibilidades que promovem e facilitam a construção de relações fundadas no entendimento e no encontro entre todos os seres humanos.

Como diz Hans Kung: *Não haverá paz entre as civilizações sem uma paz entre as religiões e não haverá paz entre as religiões sem um diálogo entre as religiões.*(KUNG, 1993, pg. 108)

É efetivamente este diálogo, possibilidade peculiar dos humanos, que nos fará cuidadores da vida e do mundo. A possibilidade da paz estará consolidada na medida em que as futuras gerações conseguirem e se esforçarem por compreenderem mais os eventos de cada sociedade. Não há dúvida de que não será possível compreender muitos dos eventos internacionais sem uma clara referência ao religioso e às suas múltiplas manifestações.

Bibliografia

BORGES, Anselmo, Secularização e Tolerância, in Revista da História das Ideias, Volume 25, 2004.

BOTTON, Alain (de); Religião para Ateus, Rio de Janeiro, Intrínseca, 2011.

CABANAS, José Maria Quintana; Las Creencias e la Educación, pedagogía cosmovisional Barcelona, Herder 2001.

KUNG, Hans, Projeto de Ética Mundial, uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo, Paulus, 1993.

RORTY, Richard; Contingência Ironia e Solidariedade, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

TILLICH, Paul; Teologia da Cultura, São Paulo, Fonte Editorial, 2009.

^{i i} Tradução de José P. Ribeiro. Lisboa, Ed.70, 1988

² Neste conjunto de ideias significa tratar de colocar a religião fora de uma referência a um mundo metafísico, falar da religião fora da metafísica apresentar a religião no registro da interpretação, da hermenêutica e do pragmatismo, como possibilidade de se produzir sobre o mundo uma interpretação e não uma inteligibilidade.